



Parecer n.º ²³⁸.../2016

Processo n.º 227/2016

Entidade consulente: «BLC3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro»

I – Factos e pedido

1. António dos Santos Lopes solicitou à «BLC3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro» (doravante, «BLC3») o acesso a diversa documentação.
2. E, assim, a entidade requerida submeteu o assunto a Parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

No pedido que dirigiu a esta Comissão, refere a «BLC3», designadamente, o seguinte (cfr. páginas 1 a 13 do processo administrativo – P. A.):

“(…).

2. Com uma forte vertente de investimento empresarial, apresenta-se como uma associação sem fins lucrativos, de direito privado, tendo como objecto social, primordialmente, o exercício de actividades de investigação e desenvolvimento experimental, ensaio, formação, transferência de tecnologia, e consultoria nos domínios do tratamento e valorização de resíduos e efluentes, com destaque para a fileira agro-florestal e agro-pecuária; planeamento, gestão e prevenção da floresta; incêndios florestais e aproveitamento da biomassa florestal; bioenergia; agricultura; planeamento integrado do território; turismo; empreendedorismo; igualdade do género e violência, agenda 21 escolar e local, competitividade e sustentabilidade das organizações; construção sustentável; tecnologias de informação e da comunicação; promoção e sensibilização para a utilização racional de energia e defesa do ambiente; e em quaisquer outros sectores do conhecimento e investigação que venham a ser considerados importantes para o desenvolvimento dos territórios integrados no seu âmbito territorial.
3. O papel e relevância da actividade desenvolvida foram expressamente reconhecidos ao ser-lhe reconhecido o estatuto de **Entidade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional**, reconhecimento atestado através do Despacho n.º



620/2013, da Secretaria de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e pela Secretaria de Estado da Ciência (publicado em Diário da República, 2.ª série, de 10 de Janeiro de 2013) – (...) - tendo sido, desta forma, cabalmente reconhecida à BLC3 idoneidade em matéria de investigação e desenvolvimento, nas áreas de Energia, Energias Renováveis, Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Biotecnologia, Alimentação e Agricultura. (...).

16. De facto, a BLC3, apresenta, actualmente, a seguinte estrutura em termos de participações sociais:

	Participação Social	Percentagem
Município de Oliveira do Hospital	€7.000,00	31,82%
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital	€3.000,00	13,62%
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra	€3.000,00	13,62%
LNEG	€3.000,00	13,62%
BIOCANT	€3.000,00	13,62%
Universidade do Minho	€3.000,00	13,62%
TOTAL	€22.000,00	100%

17. Por outro lado, nos termos dos Estatutos da BLC3 actualmente em vigor (...) e em vigor desde 2013, a nomeação do Conselho de Administração está a cargo da Assembleia Geral (vide artigo 19.º), por proposta do Conselho Geral (composto por pessoas singulares e entidades técnico-científicas, devido à concreta natureza das actividades desenvolvidas pela BLC3), pelo que não corresponde à verdade que caiba ao Município de Oliveira do Hospital, nos termos do referido artigo 19.º, nomear o Presidente do Conselho de Administração da BLC3. (...).
22. A segunda, para referir que tal afirmação denota bem a real intenção do Requerente em obter informações e acesso a determinados documentos, pois que os mesmos servirão, unicamente, para, mediante interpretações abusivas e desfasadas da realidade, injuriar e ofender o bom nome e reputação da Associação e dos seus legais representantes, através de um meio de comunicação que detém.



23. *De facto, os ataques ao bom nome e reputação da BLC3 têm sido constantes, ataques que são efectivados através de um meio de comunicação on line que, de resto, tem vindo a ser utilizado como canal de comunicação preferencial do Exmo. Sr. António Lopes com a BLC3. (...).*
32. *O artigo 2.º, ponto dois, dos Estatutos da Associação BLC3, dispõe, além do mais, o seguinte:*
- «DOIS - Para a prossecução dos seus fins a BLC3 pode, designadamente:*
- G. Apoiar a criação ou actuação de unidades de investigação aplicada e de núcleos empresariais de tecnologias avançadas e participar na sua constituição.*
- H. Promover o registo de patentes e fazer a sua exploração.*
- I. Promover a criação e desenvolvimento de novos conceitos de negócio de interesse municipal, nacional e internacional.*
- M. Criar e participar na criação de sociedades comerciais independentemente do seu regime societário.*
- N. Adquirir e deter participações simples ou qualificadas noutras sociedades, independentemente do seu regime societário.*
- O. Candidatar-se a subsídios e incentivos, nacionais ou internacionais, públicos ou privados, considerados relevantes para a prossecução do seu objecto».*
33. *Assim, resulta claro e inequívoco dos Estatutos da BLC3, que esta não foi criada para a satisfação de um modo específico de necessidades de interesse geral, sem carácter industrial ou comercial, uma vez que, apesar de satisfazer necessidades de interesse geral, **assume um carácter marcadamente industrial ou comercial submetendo-se à lógica do mercado e da concorrência, nomeadamente através das empresas suas participadas.** (...).*
41. *Ainda que se concedesse na aplicabilidade da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto à BLC3, sempre importará sublinhar que, nos termos do artigo 2.º de tal diploma, «a presente lei regula o acesso aos documentos administrativos (...)), estabelecendo a al. a) do n.º 1 do artigo 3.º a noção de documento administrativo e, mais relevante para o que ora nos interessa, a al. b) do n.º 2 do mesmo preceito que «não se consideram documentos administrativos os documentos cuja elaboração não releve da actividade administrativa (...))».*



42. Ora, como esclarece JOÃO CAUPERS «documentos administrativo, para efeito de direito à informação, é o documento relativo ao exercício da actividade administrativa pública, como tal se considerando:
- i) Os documentos produzidos ou recolhidos no exercício normal de funções administrativas pelos órgãos que integram a Administração Pública (...) ou
 - ii) Os documentos produzidos ou recolhidos por entidades privada de mão pública, na medida em que actuem no exercício poderes de autoridade ou segundo um regime de direito administrativo (...);
43. Sendo que, no entendimento de MÁRIO AROSO DE ALMEIDA e CARLOS FERNANDES CADILHA (Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, 3.^a Edição, 2010, p. 696) se «estiverem em causa documentos produzidos por entidades jurídico-privadas que não disponham de quaisquer prerrogativas de autoridade, designadamente aqueles que sejam elaborados ou obtidos no âmbito de actividades que se regem pela lógica de mercado e livre concorrência, ou visem a simples prossecução de interesses privados, ainda que de carácter não lucrativo» tais documentos «não relevam da actividade administrativa pública e, como tal, não estão abrangidos pelo direito a informação». (...).
46. Ora, a actividade exercida pela BLC3 é, na verdade, e como é normal nos sujeitos de direito privado como é a BLC3, exercida através de instrumentos de actuação próprios deste direito constituindo os actos respeitantes à formação dos contratos relativos à aquisição de bens ou serviços no âmbito da sua actividade verdadeiros actos de gestão privada, sujeitos às regras do mercado e da concorrência, operando num contexto puramente concorrencial, em paridade com quaisquer outros operadores de mercado privados com os quais concorre.
47. Não fazendo, portanto, sentido, aceitar-se que nesta lógica em que a BLC3 actua – de mercado e de livre concorrência - fossem produzidos documentos administrativos sujeitos a Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto e ao princípio do arquivo aberto, nela consagrado. (...).
49. Por outro lado, importará sublinhar, na mesma senda de raciocínio, que a Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto não prevê um acesso livre a todo e qualquer tipo de documento administrativo, antes estabelecendo certas restrições, justificadas por



outros interesses e valores que importa acautelar.

50. *Tais restrições verificam-se, por exemplo, relativamente a documentos administrativos que «contenham segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna de uma empresa» (artigo 6.º, n.º 6). (...).*
52. *Ora, os documentos a que o Requerente pretende aceder, nomeadamente as licitações (propostas) apresentadas no âmbito dos procedimentos realizados são susceptíveis de conter segredos comerciais e da vida interna dos proponentes.*
53. *Principalmente se tivermos em linha de conta que o objecto da BLC3 abrange actividades de investigação e desenvolvimento experimental, ensaio, formação, transferência de tecnologia. (...).*
59. *Disponibilizar a documentação requerida seria, pois, expor, com prejuízo para as diferentes entidades envolvidas, segredos comerciais e industriais, pelo que tal disponibilização só seria de admitir se o Requerente demonstrasse ser titular de um interesse directo, pessoal e legítimo suficientemente relevante para aceder a tais documentos. (...).*

3. O requerente é membro da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.

II – Apreciação jurídica

1. A mencionada Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, (doravante, LADA), regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização.

Serão deste diploma os preceitos adiante mencionados sem qualquer outra referência.

2. Nos termos do artigo 27.º, n.º 1:

“Compete à CADA:

- c) Emitir parecer sobre o acesso aos documentos administrativos, a solicitação dos órgãos e entidades a que se refere o artigo 4.º;*
- d) Emitir parecer sobre a comunicação de documentos entre serviços e organismos da Administração, a pedido da entidade requerida ou da interessada, a não ser que se anteveja risco de interconexão de dados, caso em que a questão é submetida à apreciação da Comissão Nacional de Protecção de Dados”.*

E no mesmo sentido aponta o n.º 1 do artigo 14.º, ao referir que: